



## **POSIÇÃO DA UGT**

### **10ª AVALIAÇÃO DA TROIKA**

A situação económica e social de Portugal é hoje muito preocupante, evidenciando todos os dados disponíveis que a recuperação económica será muito mais lenta que o esperado, tudo indiciando que, a não existir uma mudança de políticas, a mesma poderá sofrer ainda um agravamento.

Mais, o processo de ajustamento que se procurou realizar foi centrado na redução do nível de rendimento dos portugueses e dos custos do factor trabalho (salários, pensões e apoios sociais), pelo que se verificou um forte desequilíbrio nos sacrifícios impostos, centrados sobretudo nos trabalhadores e pensionistas, e a um agravamento das situações de pobreza e exclusão, motivadas quer pela forte redução do poder de compra das famílias, em virtude de uma redução do nível salarial, quer pelo agravamento do desemprego, que atinge hoje níveis dramáticos e sem precedentes.

Mas a maior e mais grave omissão em todo o processo, desde a construção do PAEF passando pelas suas sucessivas revisões sempre foi a ausência de medidas que promovam o crescimento e o emprego, criando condições para uma efectiva recuperação económica do País, as quais são urgentes e não podem ser analisadas e introduzidas apenas após o fim do programa de ajustamento.

Apesar dos indicadores positivos registados recentemente em termos do crescimento do PIB, a UGT considera prematuro falar-se de uma retoma económica e ainda mais prematuro falar-se de uma retoma sustentável para o País, sobretudo face à imutabilidade das opções e políticas centrais do Governo português em áreas nucleares como o crescimento económico e o emprego, continuando a insistir-se numa austeridade e num ritmo de consolidação, que todos consideram ser excessivos. Mais, não pode deixar de ser questionada a justiça social dos resultados que vêm sendo apresentados, atendendo às desigualdades na distribuição de rendimentos, ao agravamento do desemprego, ao empobrecimento da generalidade das famílias e ao facto do principal factor de ajustamento estarem a ser os salários e pensões.

Não obstante se tornarem cada vez mais claros os efeitos económicos e sociais das medidas tomadas, com as próprias instituições da Troika, nomeadamente o FMI, a reconhecerem terem subestimado os impactos das políticas de austeridade, não foram até agora introduzidas

quaisquer medidas que promovam o crescimento e o emprego no nosso País. O Orçamento do Estado para 2014 é um sinal claro e inequívoco desta imutabilidade de políticas.

O País precisa de condições mais adequadas à sua realidade económica e social; nesse sentido, e no que respeita ao cumprimento do programa de ajustamento económico, é essencial discutir outras condições, nomeadamente os prazos para alcançar as metas do défice, a redução das taxas de juro, a dilatação dos prazos de pagamento, permitindo a libertação de recursos financeiros para a retoma económica e para as políticas sociais.

O crescimento da nossa economia não pode continuar a ser alavancado exclusivamente pelas exportações, sendo igualmente necessário apostar na promoção do mercado interno e da produção nacional, o que passa necessariamente por promover um crescimento económico com mais investimento e mais consumo. É hoje consensual que, até mais do que o financiamento à economia e o acesso ao crédito por parte das empresas, um dos principais factores de constrangimento ao reforço do investimento e a novos investimentos é o insuficiente consumo privado.

É necessário uma discussão e o estabelecimento de uma política de rendimentos que não veja os salários como única variável de ajustamento económico e de promoção da competitividade - como tem vindo a suceder -, assumindo que os rendimentos dos trabalhadores e suas famílias têm um papel central para a recuperação da nossa economia, por via do aumento do poder de compra e do consumo privado, pelo que a sua melhoria deve ser claramente um objectivo de política económica e social.

Nesse quadro, não podemos deixar de expressar a nossa total rejeição quanto à proposta de redução dos salários do sector privado avançada pelo FMI, em nome de um pretenso reforço da competitividade, parecendo querer ignorar todo o ajustamento que já foi operado sobre estes rendimentos ao longo destes últimos anos, com sacrifícios muito intensos sobre os trabalhadores e suas famílias.

Mais, não podemos deixar de referir a incoerência, ou mesmo contradição, que existe entre esta intenção anunciada pela equipa técnica do FMI, responsável pelo acompanhamento do PAEF, e as declarações de altos responsáveis desta organização internacional sobre estas matérias.

Neste momento, pelo contrário, não pode deixar de estar em cima da mesa o aumento do salário mínimo, matéria que aliás reúne cada vez mais o consenso dos parceiros sociais.

A esse propósito, importa ter presente que a OIT, no relatório que recentemente apresentou em Portugal sobre os desafios do emprego no nosso País, defende como condição essencial para o crescimento económico e o emprego o aumento do salário mínimo. A OIT considera

igualmente que o salário mínimo não pode ser condicionado por factores puramente económicos, salientando que, mesmo nos países sujeitos a programas de ajustamento e a políticas de austeridade, constitui um instrumento fundamental não apenas para reduzir a pobreza e as desigualdades e promover o trabalho digno mas também para promover a estabilidade económica por via do consumo interno.

Não deve ser esquecido ainda o papel fundamental que tal desempenhará face à actual dinâmica de criação de emprego, que se encontra fortemente associada à contratação precária – a prazo, temporários, recibos verdes – e à descida do valor médio dos salários oferecidos, degradando as condições de trabalho em Portugal e gerando o empobrecimento dos trabalhadores.

Diga-se aliás que, em matéria laboral e mesmo sendo reconhecido que a legislação existente nunca constituiu um dos principais óbices à competitividade do País, Portugal realizou já alterações na sua legislação com vista a dar cumprimento aos objectivos traçados no Memorando de Entendimento, não podendo a UGT deixar de encarar com forte apreensão algumas alegadas intenções publicamente veiculadas como medidas possíveis na 10ª avaliação da Troika e que continuam a revelar, quanto a nós, um profundo desconhecimento da realidade portuguesa e da sua dinâmica social e económica.

A insistência quanto à necessidade de se continuar a aprofundar a flexibilização do mercado laboral visando uma maior desregulação, sem fundamentos económicos, financeiros ou sociais, pretendendo mexer inclusivamente em matérias que foram já objecto de compromissos tripartidos e que potenciam uma descida dos níveis de protecção num País que tem dos mais elevados níveis de precariedade laboral da Europa (como sucederia com o contrato único), revelam um desfasamento – ou mesmo um descaso - da realidade que não podemos deixar de rejeitar liminarmente.

O mesmo sucede com as reformas que se pretendem implementar na esfera da Segurança Social, que em nosso entender não atendem nem à profundidade da reforma efectuada em sede de concertação social em 2006 e aos seus impactos em termos de sustentabilidade futura da segurança social, nem respeitam o papel dos parceiros sociais nesta matéria.

Há muito que o FMI vinha insistindo no aumento da idade legal de reforma em Portugal, vindo agora o Governo, de forma unilateral e sem consenso entre os parceiros sociais, concretizar a alteração. Para a UGT, esta é uma alteração inaceitável, que em nosso entender não encontra fundamento na preocupação da sustentabilidade futura, lembrando que Portugal apresenta um risco moderado quanto à sustentabilidade futura da segurança social no contexto europeu, como aliás o próprio Governo português lembra no relatório do Orçamento do Estado para 2014. Esta alteração cria, no imediato, distorções no funcionamento do mercado de emprego, o

que é especialmente negativo num momento crítico como o actual, e, a médio prazo, uma profunda incerteza e instabilidade junto dos trabalhadores.

A manutenção de um tal caminho apenas contribuirá para um agravamento do clima de instabilidade e de conflituosidade sociais, o qual teria sempre impactos sociais e económicos indesejáveis.

Tal desconhecimento parece aliás estender-se a uma matéria fundamental para trabalhadores e empresas, a da negociação colectiva, em que se continua a assistir a um bloqueio inaceitável de processos negociais, à potenciação de uma desregulação laboral, até pela criação de vazios negociais, sem que pareça haver uma preocupação efectiva, quer por parte da Troika, pela sua inflexibilidade em certas matérias, quer por parte do Governo, desconsiderando inclusivamente compromissos assumidos tripartidamente, em reconhecer o papel fundamental da negociação colectiva e em promover a sua dinamização.

Por outro lado, a UGT entende que são fundamentais políticas com sensibilidade social, que respondam aos problemas do desemprego, dos jovens, da pobreza, do acesso aos bens e serviços fundamentais, garante da igualdade de oportunidades.

No que concerne à falada reforma do Estado, a UGT entende que esta não pode deixar de passar por um diálogo social e político sério, com um calendário realista e deverá ter como objectivos centrais a melhoria do funcionamento dos serviços públicos, a qualidade e o acesso dos cidadãos a esses serviços e a melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. As intenções veiculadas revelam, em nosso entender, a falta de uma visão estratégica no que concerne ao desenvolvimento do País e a fragilidade das respostas curto / longo prazo.

Em suma, a UGT continua a defender uma mudança imediata de políticas que promova uma articulação entre o rigor orçamental e as necessidades de crescimento e emprego, não sendo aceitável que as instituições internacionais assumam erros de concepção das suas políticas sem que tal leve à sua necessária inversão.

Numa nota final, não podemos deixar de salientar que as políticas a implementar deverão também não apenas passar por um processo de diálogo político e social, mas ainda serem assumidas num espírito de pleno respeito pela ordem, instituições e actores do nosso modelo democrático e de relações sociais e laborais.

11-12-2013